

MISTÉRIOS SOBRE OS SUPERORDENADOS

Abstract

Accepting the existence of hyperonyms or super-ordinates consequently implies admitting the existence of some form of organization in the semantic memory based on hierarchical principles applied upon entities with some psychological reality.

Palavras-chave: *superordenados – memória semântica – indeterminação – teorias lingüísticas*

As teorias sobre a representação mental do significado são motivadas pelo fato de as pessoas pertencentes à mesma comunidade lingüística se entenderem e produzirem textos inteligíveis: princípios comuns devem estar subjacentes ao modo como a memória semântica está estruturada.

O primeiro problema diz respeito a questões epistemológicas. O modelo teórico semântico da verdade condicional pressupõe “atribuir a cada sentença de uma língua uma interpretação que represente as condições sob as quais ela seria verdadeira” (Ladusaw, 1988:95). A resposta de Jackendoff (1998:211-219) a tal colocação concorda com Ladusaw quando ela alinha Lakoff (1987, 1988) e Jackendoff (1983, 1990, 1992) juntos, embora com algumas objeções.

As discussões mais recentes sobre a referência, porém, são determinadas por problemas tais como a indeterminação, a ambigüidade, a vaguedade, a polissemia e a subespecificação.

A indeterminação do sentido decorre do princípio universal de que qualquer língua possui instrumentos disponíveis que permitem comunicar qualquer sentido lingüístico interpretável pelos usuários. Em conseqüência, por definição, é impossível construir uma teoria semântica que possa predizer todos os sentidos que uma palavra possa ter, com a recuperação de seus respectivos referentes, já que toda a palavra possui um potencial virtual para cobrir novos sentidos, como assinalou Green (1996:10). A transferência de significado ocorre nas metáforas, metonímias e processos composicionais tanto morfológicos quanto sintáticos.

A teoria lexical gerativa de Pustejovsky (1995), por exemplo, é uma tentativa de definir “os significados múltiplos de uma palavra pelo uso da representação polimórfica numa estrutura coerente”.

Novos sentidos podem ser também atribuídos a uma expressão através da rede de sentidos coerentemente construída em qualquer texto, guiada por um esquema ou marco específicos. Comunidades lingüísticas vinculadas, seja por fatores profissionais, e/ou socioculturais, e/ou etários compartilham os mesmos esquemas ou marcos onde as palavras adquirem seus sentidos específicos.

A recuperação da referência de uma expressão também envolve processos anafóricos a nível micro e macro estrutural dos textos coesamente construídos, além da utilização de recursos extra-lingüísticos, tais como o contexto situacional e o conhecimento cultural e compartilhado e pistas pragmáticas: ele é absolutamente necessário para a recuperação referencial das pessoas do discurso e seus satélites espaciais (de Villiers e de Villiers, 1974) e temporais, já que carecem de autonomia referencial.

Não existe possibilidade de resolver o problema da vaguedade sem levar em consideração o conhecimento e as intenções dos participantes do discurso, embora a intencionalidade seja, conforme o próprio Fodor admite, um “mistério...”. Tentativas de resolver problemas ao nível das representações do discurso foram levadas a cabo por Kamp (1981) enquanto Barwise e Perry (1983) propuseram a Teoria Semântica Situacional.

As teorias devem partir das bases biopsicológicas comuns à espécie humana que permitem formas similares de sentir, perceber, conhecer, armazenar e processar a experiência e de como, apesar das idiosincrasias individuais e grupais, as pessoas, pertencentes à mesma comunidade lingüística “sintonizam suas consciências” (Brown, 1970[1958]:3). Em conseqüência, o que as teorias devem recobrir é o significado intensional, não o extensional.

Neste aspecto específico da referência nos guiamos pela teoria saussureana do signo lingüístico (1972:98): “O signo lingüístico não une uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem”.

Conforme Jackendoff assevera (1998:16): “nossas conceitualizações são iguais porque elas são limitadas pelo modo como nossa mente evoluiu para fazer face ao mundo, em especial, para construir o mundo em termos de objetos comuns”. Em 1983 ele propôs as seguintes categorias ontológicas: COISAS, LUGARES, DIREÇÕES, AÇÕES, EVENTOS, MODOS E QUANTIDADES. Atualmente há muita pesquisa experimental tentando confirmar a existência do conhecimento ontológico (vide Sera, Gathjie e Castillo Pintado (1999).

Pela proposta de Mineur e Buttelar (1996: 131) “os humanos são capazes de se comunicar de uma forma inteligível a maior parte do tempo. Isto levamos a acreditar que, de fato, existem dois níveis de raciocínio semântico, um que opera com a informação que pode ser obtida via léxico, e a outra que envolve o conhecimento do mundo real”. O enfoque de Green (1996:11) é pragmático: “Temos que considerar como nossa pretendida audiência estará apta a identificar corretamente nosso referente pretendido pelo uso da expressão que escolhermos”.

Em virtude do caráter abstrato dos conceitos, é difícil conceber como eles estarão representados na memória semântica. A forma mais fácil seria adotar a teoria saussureana da indissolubilidade do signo lingüístico e assim, para cada significação (conceito) corresponderia um significante (imagem acústica, ou sucessão de fonemas). Contudo, esta teoria coloca enormes problemas teóricos e empíricos, já que não existe uma relação unívoca entre um conceito e sua suposta representação fonêmica, seja ao aceitarmos uma representação composicional de traços semânticos, ou uma rede semântica constituída de nós, ou uma hierarquia prototípica.

A impossibilidade de um escrutínio direto das formas semânticas determinou a decisão de Bloomfield (1960[1933]) de excluir a semântica da lingüística. Por outro lado, as hipóteses derivadas de qualquer teoria sobre a estruturação da memória semântica somente podem ser testadas indiretamente e não é sempre que uma resposta revela o suposto mecanismo a ela subjacente.

Outro desafio para testar hipóteses sobre a estruturação da memória semântica é que o processamento não é modular, conforme se verificou na discussão precedente. Deixando de lado o significado dos morfemas puramente gramaticais, cujo processamento é modular, o significado dos verbos, substantivos e adjetivos é feito em paralelo (as chamadas faculdades horizontais de Fodor, 1983) por diferentes modalidades. Isto torna difícil, por um lado, controlar as interferências de variáveis estranhas na situação experimental, mas, por outro, abre interessantes possibilidades para a pesquisa. Em sua pesquisa de doutorado, Monteiro (2000) vem demonstrando que os não alfabetizados preferem agrupar os itens de acordo com seus esquemas ou marcos pessoais de vida (representações de eventos), enquanto os outros sujeitos preferem pelo agrupamento conceptual taxonômico (prototípico), influenciado por sua

memória enciclopédica. A oposição entre relações esquemáticas e taxonômicas também é assinalada por van Helden-Lankhaar (1999:25-6): elas “são fortemente ligadas às representações de eventos inteiros”... “Elas refletem aspectos concretos da experiência, funcionais ou perceptuais, dependentes do contexto, tais como ‘banana – amarelo’, ‘cadeira – sentar’. Em contraste, as relações taxonômicas descontextualizadas, entre palavras, são baseadas em componentes mais abstratos, que não são imediatamente dados à percepção.”

Roger Brown, num artigo seminal (1970 [1958]), foi o primeiro psicolinguísta a propor uma estruturação hierárquica da memória semântica em aquisição da linguagem. Ele começou por explicar que os adultos utilizam o que hoje denominamos Fala Dirigida à Criança (CDS) “buscando para alguns referentes nomes que os caracterizam mais genericamente e, para outros referentes, nomes que categorizam mais estritamente” (Brown, *op.cit.*:3). Inspirado na teoria de Frege de que “cada referente possui vários nomes”, os adultos quando falam com as crianças preferem hipônimos: ao invés de usarem a palavra fruta, “eles dirão *maçã, banana, laranja* e mesmo *abacaxi*” e “Para a criança o nome dado a um objeto antecipa as equivalências e diferenças que precisarão ser observadas na maioria das vezes em que lidar com tal objeto,” (Brown, *op.cit.*4/5). Para Pan e Berko Gleason (2001:cap. 4), “Uma das tarefas primárias da criança no desenvolvimento semântico é adquirir conceitos categoriais (i.é, aprender que a palavra *cachorro* se refere a toda uma classe de animais) e de ser capaz de aplicar a palavra a novas instâncias apropriadas da categoria”.

Em seu levantamento sobre o desenvolvimento semântico, Carey (1983[1982]) resenha as teorias mais produtivas sobre a memória semântica na criança, mas conclui, ao final, que não existe mesmo teoria do desenvolvimento semântico (Carey, *op.cit.*: 148). Ela começa com a Teoria dos Traços Semânticos de Clark (1973) que se baseava na análise componencial lingüística. Clark abandonou sua posição inicial em favor da Teoria do Contraste Lexical (1983, 1987, 1990, 1993, 1995) e defende dois princípios operacionais dominantes que guiam o processo de desenvolvimento lexical: o princípio do contraste e o princípio da convencionalidade, pelos quais, entre outros procedimentos, as crianças devem identificar os significados potenciais, utilizando categorias ontológicas tais como objetos, ações, eventos, relações, estados e propriedades. Em consequência, Clark aceita a precedência das representações cognitivas sobre as lingüísticas semânticas que é elegantemente exemplificada por Pan e Berko Gleason: “Embora os bebês primeiro tratem todos os objetos do mesmo jeito (com a boca, tocando, sacudindo e batendo), aos poucos começam a tratá-los de forma diferenciada. Neste ponto, uma boneca pode ser segurada e um carrinho puxado no chão. O tratamento diferencial dos objetos pelas crianças indica a um nível fundamental como elas estão categorizando os objetos.”

Outra teoria produtiva que procurou explicar como a memória semântica se estrutura foi a Teoria das Redes Semânticas (Collins e Quillian, 1972), mais tarde expandida por Collins e Loftus (1975). De acordo com esta teoria, há muitas redes que ativam simultaneamente itens lexicais diferentes, ligados por redes hierárquicas.

Em seu levantamento, Carey resenha as críticas de Wittgenstein (1953) às teorias semânticas clássicas, bem como a proposta subsequente de Putnam (1962) dos agrupamentos de conceitos. A contribuição mais importante para os experimentos psicolinguísticos que emergiu de tais debates foi a proposta de Rosch (1978) do membro prototípico de uma categoria “como o membro que compartilha a maioria dos componentes subjacentes com outros membros e o mínimo com membros de categorias contrastantes” (Carey, *op.cit.*:352). De acordo com esta nova proposta, os membros periféricos seriam os últimos a serem adquiridos, o que foi comprovado empiricamente. Como Barrett (1995:378) assinalou, “O referente prototípico efetivamente funciona para a criança como uma especificação do referente mais típico e evidente daquela palavra”. Em adendo, enquadra-se perfeitamente com o princípio e estratégia taxonômicos (Markman, 1987).

No entanto, não existe consenso entre os pesquisadores sobre o significado exato de um protótipo. Outra crítica é a de que “a teoria dos protótipos não explica (ou mesmo contempla) a aquisição pelas crianças das palavras sócio-pragmáticas e dependentes do contexto, ou o processo de descontextualização” (Barrett, 1995:380). A crítica deu origem à Teoria da Representação de Eventos de Nelson (1983,1985; Nelson e Lucariello, 1985). Ela postula que “antes de adquirirem suas primeiras palavras, os bebês constroem um conhecimento sobre os eventos freqüentemente recorrentes que têm lugar em seu ambiente cotidiano” (Barrett, 1995:380).

As pesquisas de Bowerman (1978), Barrett (1982) e Nelson (1983) revelam que os referentes que são rotulados através da super-extensão “têm ao menos um traço em comum”, embora estudos recentes demonstrem que o fenômeno “pode resultar de uma variedade de outros fatores, desde “a criança deliberadamente esticando o uso de uma palavra já adquirida para preencher um propósito comunicativo” até “ter formado uma associação entre dois objetos” ou “usar a palavra de forma metafórica” (Barrett, 1995: 371/3).

A reestruturação progressiva dos conceitos é muito bem ilustrada pelo estudo exaustivo de Dromi (1987) sobre perfis evolutivos de 276 palavras que ela coletou de uma criança dos 10 aos 18 meses.

Embora haja discrepâncias epistemológicas em relação ao status da referência, as teorias psicolinguísticas que tentam explicar como as pessoas comunicam textos inteligíveis, baseadas no modo como o conhecimento está estruturado e como o significado é evocado, continuam a prover hipóteses de trabalho que podem ser empiricamente testadas. Elas são motivadas pela existência de princípios ontológicos uni-

versais que comandam o modo como as pessoas percebem a experiência, constroem e registram os conceitos, mapeando-os em categorias linguísticas limitadas pela variedade sociolinguística específica e pela experiência cultural de cada indivíduo.

Referências Bibliográficas

- Barrett, M. 1982. Distinguishing between prototypes: the early acquisition of the meanings of object names. In S.A. Kuczaj (org.) *Language development, vol. 1: Syntax and Semantics*. Hillsdale, NJ, Lawrence Erlbaum Associates.
- _____. 1995. Early lexical development. In P. Fletcher e B. MacWhinney (orgs.) *The handbook of Child Language*, Blackwell, Oxford, UK: 362-92.
- Barwise, J. e Perry, J. 1983. *Situations and attitudes*. MIT, Cambridge, M. A .
- Bloomfield, L. 1960 [1933]. *Language*. New York, Henry Holt.
- Bowerman, M. 1978. The acquisition of word meaning: an investigation into some current conflicts. In N. Waterson e C. Snow (orgs.) *The Development of Communication*. Chichester, Wiley.
- Brown, R. 1970 [1958]. How shall a thing be called? In R. Brown *Psycholinguistics, selected papers*. The Free Press, New York.
- Carey, S. 1983[1982]. Semantic development. In E. Wanner e L. R. Gleitman (orgs.) *Language acquisition: the state of the art*. Cambridge University Press, New York.
- Clark, E.V. 1973. What is in a word? On the child's acquisition of semantics in his first language. In T. Moore (org.) *Cognitive development and the acquisition of language*. Academic Press, New York.
- _____. 1983. Meanings and concepts. In J.H. Flavell e E. Markman (orgs.) *Handbook of Child Psychology, vol.3 Cognitive Development*, Chichester, Wiley.
- _____. 1987. The principle of contrast: a constraint on language acquisition. In B. MacWhinney (org.) *Mechanisms of Language Acquisition*. Hillsdale, NJ, Lawrence Erlbaum.
- _____. 1990. On the pragmatics of contrast. *Journal of Child Language*, 17: 417-31.
- _____. 1993. *The lexicon in acquisition*. Cambridge, Cambridge University.
- _____. 1995. Later lexical development and word formation. In P. Fletcher e B. MacWhinney (orgs.) *The handbook of Child Language*, Basil Blackwell, Oxford, UK: 393-412.
- Collins, A. M e Quillian, M.R. 1972. How to make a language user. In E. Tulving e W. Donaldson (orgs.) *Organization of memory*. New York, Academic.

- _____ e E. F. Loftus 1975. A spreading-activation theory of semantic processing. *Psychological Review* 82: 407-28.
- De Saussure, F. 1972. *Cours de linguistique générale*. Edition critique préparée par Tullio de Mauro. Payot, Paris.
- De Villiers, P. and de Villiers, J. 1974. On this, that, and the other: Nonegocentrism in very young children. *Journal of Experimental Child Psychology*, 18:438-47.
- Dromi, E. 1987. *Early lexical development*. Cambridge University Press, New York.
- Fodor, J. A. 1983. *The modularity of mind*. Cambridge, Mass., M.I.T.
- Green, G.M. 1996. Ambiguity resolution and discourse interpretation. In K. van Deemter and S. Peters (orgs.) *Semantic ambiguity and underspecification*. CSLI publications, Stanford, Calif.:1-26.
- Jackendoff, R.1983. *Semantics and Cognition*, MIT Press, Cambridge.
- _____ 1990. *Semantic Structures*, MIT Press, Cambridge.
- _____ 1992. *Languages of the Mind*. MIT Press, Cambridge.
- _____ 1998. Why a conceptualist view of reference? *Linguistics and Philosophy*, 21 (2):211-219.
- Kamp, J. A .W. 1981. A theory of truth and semantic representation. In J.A .G. Groenedijk *et al.* (orgs.) *Formal methods in the study of language*. Mathematical Centre Tracts 135. Amsterdam: Mathematisch Centrum.
- Ladusaw, W.A. 1988. Semantic theory. In F. J. Newmeyer (org.) *Linguistic Theory: Foundations*. Cambridge University, New York, vol.I:89-112.
- Lakoff, G. 1987. *Women, Fire, and Dangerous Things*, University of Chicago, Chicago.
- _____ 1988. Cognitive Semantics. In U. Eco, M. Santambroglio e P. Violi (org.) *Meaning and Mental Representations*, Indiana University, Bloomington: 119-154.
- Markman, E. 1987. How children constrain the possible meaning of words. In U. Neisser (org.) *Concepts and conceptual development: Ecological and intellectual factors in categorization*. Cambridge, UK, Cambridge University.
- Mineur, A . M. e Buttelaar, P. 1996. A compositional treatment of polysemous arguments in Categorical Grammar. In K. van Deemter e S. Peters (orgs.) *Semantic ambiguity and underspecification*. CSLI publications, Stanford Calif.:125-43.
- Monteiro, R.S. 2000. *Letramento e categorização semântica*. UFSC, Florianópolis, Tese de doutorado, não publicada.
- Nelson, K. 1983. The conceptual basis for language. In T. Seiler e W. Wannerunacher (orgs.) *Concept Development and the Development of Word Meaning*. Berlin, Springer Verlag.
- _____ 1985. *Making sense: the acquisition of shared meaning*. New York, Academic Press.
- Pan, B.A. and Berko Gleason, J. 2001. Semantic development: Learning the meanings of words. In J.Berko Gleason (org.) *The development of language*, Needham Heights, MA, Allyn & Bacon/Pearson Education: Ch. 4.
- Pustejovsky, J. 1995. *The Generative Lexicon*. MIT Press, Cambridge.
- Putnam, H. 1962. The analytic and the synthetic. In H. Feigh e G. Maxwell (orgs.) *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*. Vol. 3, Minneapolis, Univ. of Minnesota.
- Rosch, E. 1978. Principles of categorization. In: E. Rosch e B. Lloyd (orgs.) *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NJ, Erlbaum.
- Sera, M.D., Gathje, J. e Castillo Pintado, J. del 1999. Language and ontological knowledge: The contrast between objects and events made by Spanish and English speakers. *Journal of Memory and Language* 41: 301-26. Smith, E. e Medin, D. 1981. *Categories and concepts*. Cambridge, M.A. Harvard Univ.
- Van Helden-Lankhaar, A . M. 1999 *Words in Progress: Taxonomic relations and novel compounds in lexical development*. Tese, University of Utrecht.
- Wittgenstein, L. 1953. *Philosophical investigations*. New York, Macmillan.

Agradecimentos: a Rosa Konder. pela cuidadosa revisão da versão em inglês; a José Morais e Régine Kolinsky por seu tratamento estatístico e frutíferas discussões; a Berko Gleason por enviar o seu capítulo 4, em colaboração com Pan, *The development of language*. Para Rosemeire Monteiro, pelos seus dados preciosos.